Entrevista: *Luiz Raul Machado*

Luiz Raul Machado nasceu em 1946, no Rio de Janeiro. Escritor e editor de livros teve marcada participação no movimento estudantil dos anos 1960, na luta contra a ditadura e na militância pelos valores democráticos. Por ocasião dos 50 anos do golpe militar, concedeu entrevista ao professor Ricardo Benevides, vindo a integrar o dossiê temático que publicamos neste número 35 da **Revista Comum.**

Ricardo Benevides: Como se deu sua entrada para o movimento estudantil? Quando?
Luiz Raul Machado: Foi no colégio, antes de 1964. Eu fui presidente do grêmio, recém-fundado, do Colégio Santo Inácio. Participei do movimento estudantil secundarista que já era uma coisa razoavelmente grande no Rio de Janeiro, e em outros estados também. Em outubro de 1963, fui eleito presidente da AMES – Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas. Tive uma gestão truncada porque em abril tudo desmoronou. A AMES funcionava no prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE), na praia do Flamengo, e a perseguição foi muito grande.

RB: O que o motivou? E que cargos ocupou (atividades que exerceu) ao longo dessa trajetória?
LRM: Motivação era da juventude querendo participar. E os movimentos estudantis faziam coisas como alfabetização de adultos, com o método Paulo Freire. Faziam centros populares de cultura, na UNE e na UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas). Então, tudo isso era muito fervilhante na época. Em 1964, tive que sair do Rio. Fiquei meio que escondido, em Friburgo, e só voltei no final do ano para me formar. A minha turma é a que se formou em 1964 no Colégio Santo Inácio.

RB: No 1º de abril de 1964, já estava fora do Rio?
LRM: Saí nessa semana. Porque teve gente me procurando em casa. Meus pais foram me avisar onde eu estava.

RB: Então você soube do golpe já por esse primeiro contato com militares na porta da sua casa.
LRM: Não eram militares, não. Eram civis, mas estavam nitidamente "caracterizados".

RB: Que lembrança tem das primeiras ações do governo militar sobre o movimento estudantil? Como as informações chegavam?
LRM: A gente estava ligado no noticiário geral, sobre tudo o que estava acontecendo no país, ato institucional já existindo, cassações, prisões. Quer dizer, isso não saía na imprensa, mas a gente sabia por telefonemas e outros contatos.

RB: Quando assistiu o primeiro confronto do movimento com as Forças Armadas?
LRM: Olha, nós estávamos no prédio da UNE, no dia 1º de abril de 1964. Esvaziávamos gavetas e arrumávamos as coisas porque sabíamos que ia ser invadido. O prédio logo foi cercado e incendiado nesse dia. A gente saiu mais cedo, mas soube de gente que ficou até o final, pensando em resistir. A lembrança mais nítida que eu tenho era do carro que levava a gente embora dali, cheio, entupido de gente, e a menina que trabalhava na AMES chorando, chorando e dizendo "um dia nós vamos fazer uma UNE linda, lá em Brasília...".

RB: Havia muitas causas pelas quais o movimento estudantil brigava – o antiamericanismo, a liberdade de expressão, a preservação do controle da siderurgia e da exploração do petróleo, as garantias ao ensino público, várias. Quais eram as suas causas?
LRM: Andando um pouco mais à frente, para 1966 ou 67, foram feitos acordos de órgãos da ditadura para controle inclusive da Educação – o famoso acordo MEC-USAID, que mobilizou estudantes do Brasil inteiro. Eles tiveram inclusive que mascarar esse acordo, não levar adiante determinados pontos por causa da reação, uma reação nacional mesmo. Era isso e as bandeiras contra a repressão, contra as prisões, contra as perseguições, a professores. Uma quantidade enorme de professores foi demitida na época. Então, isso mobilizava muito os estudantes – na época, eu já estava na universidade.

RB: Do ponto de vista da família, dos amigos, havia pressão para deixar o movimento?
LRM: Era muito medo, né? Uma época marcada pelo medo. Então, a família sempre tentava proteger. E na época, nós com 18 ou 20 anos, nós não tínhamos muita noção do perigo. A gente estava em risco permanente, mas atuava como se não estivesse.

RB: E as divergências no próprio meio estudantil, como podem ter afetado a luta?
LRM: Havia muita! Eram discussões intermináveis. Teve um companheiro de diretoria da UNE – estive na diretoria entre 1967 a 1968 – que fez um levantamento na época e registrou 47 organizações de esquerda. Você imagina que, para ter 47, é porque cada uma tinha uma visão diferente do que tinha que fazer, que luta levar. Também tinha uma disputa política normal das entidades, entre linhas diferentes, querendo o poder, querendo eleger o maior número de representantes.

RB: Em relação à luta armada, qual era sua opinião?
LRM: Eu nunca fui desse "setor". Respeitava. Mas seria completamente incapaz. Nunca soube pegar numa arma. Então... Mas eu trouxe aqui uma coisa engraçada que ilustra bem o caso. Isso aqui é um livro que foi feito sobre o presídio Tiradentes (pega o livro *Tiradentes, um presídio da ditadura*), com depoimentos. O meu começa da seguinte maneira (acho que isso responde): "Das minhas três prisões, a segunda foi a mais longa e o período maior foi passado no Presídio Tiradentes. Eu tinha sido preso em Belo Horizonte e, depois de muitos horrores, separado durante um mês numa solitária do Presídio de Neves. Eles dividiam as dezenas de presos em dois blocos: 'assalto a banco' ou 'passeata'. Eu era 'passeata'".

RB: E 50 anos depois algo mudou no seu ponto de vista sobre o tema da luta armada?
LRM: Acho que foi um erro grave. Com o sacrifício de muitas vidas. A culpa é toda da ditadura, evidentemente, não vou culpar jamais os militantes, mas não havia condições para que isso fosse bem sucedido.

RB: Em que circunstâncias você foi preso e sob que acusação?
LRM: A primeira prisão foi no Congresso da UNE de Ibiúna, em São Paulo, em outubro de 1968. Foram quase mil prisões! Então, essa meio que não conta... Eu fui trazido pro Rio e aqui fui solto uma semana depois. A segunda prisão foi essa que eu falo de Belo Horizonte. A gente conseguiu realizar na clandestinidade um Conselho da UNE, em junho de 1969, quando foi eleita uma nova diretoria, presidida pelo Jean Marc (Jean Marc van der Weid sucedeu Luiz Travassos na presidência da entidade estudantil). Eu queria passar para os novos diretores os contatos que a UNE possuía porque nada podia ser por escrito, por telefone. Tinha que ser pessoalmente. Então fui a Belo Horizonte para isso e lá, numa noite, foram presas talvez mais de 100 ou quase 200 pessoas. Aí é que eu falo que fiquei num colégio militar, fui levado para o presídio de Neves, onde fiquei numa solitária por um mês. Depois fui transferido para São Paulo onde estava correndo o processo do Congresso de Ibiúna. Aí é que eu fiquei nove meses no presídio Tiradentes, até os advogados conseguirem a minha libertação, em março de 1970. Refiz a vida. Estava casado, fazendo nova faculdade, quando fui procurado na universidade. E os meus advogados aconselharam a me apresentar porque não estava "devendo nada a ninguém". Essa foi a terceira prisão. Foi só uma semana, mas foi a pior de todas, em termos de violência e tortura.

RB: Então a tortura no primeiro momento foi mais branda ou não houve?
LRM: Em Ibiúna não houve, porque os jornais noticiaram as prisões dos estudantes, as mães foram para as portas dos presídios para levar alimentos, roupa e tal, então houve uma mobilização... A segunda teve, foi muito barra pesada, quando fui transferido de Belo Horizonte para São Paulo, que fui levado para o DOI-CODI, que era chamado de Operação Bandeirantes, e durou até o momento de ser levado para o Presídio Tiradentes, quando já estava numa situação regular de preso político. Agora, a terceira não. Eles queriam informações sobre uma porção de gente. Eles deram uma lista de 17 pessoas que eu tinha que dar conta. E eu consegui, graças a Deus, não dar informação nenhuma. Mas então foi muito violento o processo até o momento em que desistiram, e os meus advogados atuando fora conseguiram a libertação.

RB: Como era o cotidiano no Presídio Tiradentes?
LRM: A gente brincava que o Presídio Tiradentes era o Hotel Tiradentes. Porque depois de tanta barbaridade antes e de tanta que ainda teve depois em outros locais, ali era um período relativamente tranquilo. Relativamente. Porque você tinha um dia a dia de fazer comida, de receber visitas às quartas e aos sábados, de jogar baralho, de ler bastante – recebíamos os livros que as famílias levavam. Agora, tudo isso era interrompido sistematicamente com a chegada de novas levas de presos e do que a gente via acontecer com os presos comuns, que eram barbaramente torturados, de noite, nas nossas vistas. Então, dizer que era calmo, claro, é até um absurdo. Mas, em comparação às outras coisas era relativamente calmo.

RB: Esses momentos que você passou entre as capturas, chegou a encontrar outros líderes estudantis? Havia essa solidariedade de talvez levar a informação?
LRM: Ah, sempre. Você continuava a encontrar, fazer reuniões. Tem uma história emocionante. Quando saí de Belo Horizonte e fui para São Paulo, teve um hiato aí que ninguém me localizava. Meu tio procurando em tudo quanto é canto e tal. Quando, num dos interrogatórios, estavam me levando de uma sala para outra, cruzamos com o Vladimir Palmeira, que tinha sido preso desde Ibiúna e depois foi transferido para um presídio em Santos. Ele me viu e já recebia visitas nessa época, o que o fez pedir à mulher: "por favor, avisa à família do Luiz Raul que ele está aqui, que ele não está bem". E foi, de fato, o que desencadeou a solidariedade da família e dos advogados.

RB: No momento da soltura, que recursos foram empregados? A gente sabe que num regime de exceção é complicado fazer valer o direito. Você citou os advogados. Como foi a atuação?
LRM: Eles foram incansáveis. Tem uma legião deles que de fato conseguia milagres.

RB: Como foi para retomar a vida, após tanto tempo na prisão? O que fez?
LRM: Num período anterior à última prisão, vivia de aulas particulares. Morava em São Paulo e logo depois retomei a faculdade de Pedagogia da PUC-SP, que não terminei. Mas, nesse meio tempo, através de anúncio de jornal, fui atrás de um emprego na Editora Abril. Fui redator, trabalhei na Divisão Educação, da Editora. E de fato ali começou a minha vida profissional regular, ligada à palavra. Nesse mesmo período, publiquei meu primeiro livro (João Teimoso, Ed. Ática), que esse ano está fazendo 40 anos. Então, virei, da noite para o dia, um autor de literatura infantil, área onde estou até hoje e ficarei.

RB: Quando pensa nos eventos mais marcantes na trajetória estudantil ao longo da ditadura, quais são os que lhe vêm à cabeça? O Congresso de Ibiúna está entre eles?
LRM: Ibiúna é o seguinte: é fantástico o que houve, a reunião de mil pessoas, mas foi um erro fantástico também, de tentar fazer um congresso de mil pessoas clandestino. Aquele congresso poderia ter sido feito no campus da USP, no CRUSP (Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo), tranquilamente. Bem, nada era tranquilo na época. Mas é interessante esse aspecto de realizar uma reunião tão grande, o pouco que houve de discussões, gente do Brasil inteiro lá no local, até o momento da repressão. Foi muito interessante, mesmo tendo sido um erro total da gente.

RB: E os outros eventos marcantes?
LRM: O que houve de mobilização popular... a mais famosa é a daqui do Rio, a passeata dos 100 mil, mas isso foi feito em maior ou menor escala no Brasil inteiro. Então, tinha o apoio muito grande aos estudantes e culminou com a imagem daquelas pessoas todas de tantas áreas, intelectuais, artistas, professores, religiosos marchando juntos na passeata.

RB: 50 anos depois, como vê as ações da Comissão da Verdade e a anistia para os crimes cometidos pelas Forças Armadas naquele período?
LRM: Essa é a grande discussão do momento. A revisão da lei da anistia, não deixando impunes crimes contra a humanidade que foram feitos. Então, isso é um passo. E acho da maior importância o trabalho da Comissão da Verdade.

RB: Algum arrependimento?
LRM: Não. Gostaria de voltar atrás e evitar os erros que cometemos. Como isso é impossível, toca-se o bonde.